

## **Práticas religiosas na Costa da Mina. Uma sistematização das fontes europeias pré-coloniais, 1600-1730**

Luis Nicolau Parés<sup>1</sup>

A ideia de que as sociedades pré-coloniais africanas eram estáticas e de que a África não possuía nenhuma história antes da chegada dos europeus foi um dos estereótipos reiterado por muitos pesquisadores do final do século XIX e perpetuado nos trabalhos “científicos” do período colonial.<sup>2</sup> Com a independência dos estados-nações africanos nas décadas de 1950 e 1960, a historiografia do continente começou a superar essa posição, produzindo novas análises dos documentos disponíveis (incluindo os relatos dos viajantes europeus), e valorizando outras fontes “internas”, como a arqueologia e às tradições orais.

Nos anos 1970-1980, houve um crescente interesse na análise crítica dos relatos dos viajantes que, até então, tinham sido utilizados, com frequência, de forma leviana. Em volta do jornal *History in Africa*, autores como David Henige, Adam Jones, Robin Law, Paul Hair e Albert van Dantzing, entre outros, contribuíram com leituras críticas desses relatos. Cristalizando essa tendência, em 1986 foi celebrado, em Bad Homburg (Alemanha), um simpósio que resultou, no ano seguinte, na influente coletânea organizada por Beatrix Heintze e Adam Jones: *European Sources for Sub-Saharan Africa before 1900: Use and Abuse*. A esses esforços se juntou a série *Studies in African Sources*, publicada pelo African Studies Program, da University of Wisconsin. Entre as obras publicadas nessa série, figuram o importante trabalho de John Fage: *A Guide to Original Sources for Precolonial Western Africa Published in European Languages*.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Antropologia, Universidade Federal da Bahia. Coordenador do Projeto *Práticas religiosas na Costa da Mina (Uma sistematização das fontes europeias pré-coloniais, 1600-1730)*.

<sup>2</sup> John Fage. “Evolução da historiografia da África,” in J. Ki-Zerbo (org.), *História geral da África. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática/Unesco, 1982. v. 1.

<sup>3</sup> Beatrix Heintze e Adam Jones (orgs.), *European Sources for Sub-Saharan Africa before 1900: Use and Abuse* (in *Paideuma: Mitteilungen zur Kulturkunde*, vol. 33) Stuttgart, Franz Steiner Verlag, 1987; Adam Jones, *Raw, Medium, Well Done: A Critical Review of Editorial and Quasi-Editorial Work on Pre-1885 European Sources for Sub-Saharan Africa, 1960-1986*, Madison/Wisconsin, African Studies Program, *Studies in African Sources*, n°1 (1987); J. D. Fage, *A Guide to Original Sources for Precolonial Western Africa Published in European Languages*, Madison/Wisconsin, African Studies Program, *Studies in African Sources*, n° II (1987).

Na introdução, Heintze e Jones colocavam a necessidade de promover a edição crítica, cuidadosa e rigorosa das fontes europeias sobre a África pré-colonial. Os autores advogavam que as universidades dedicassem mais esforços e recursos para projetos de pesquisa envolvendo a preparação e a edição desses textos, e defendiam a necessidade de mais guias e índices de catalogação sobre as mesmas. Outros colaboradores da coletânea insistiam na importância dos departamentos de história investirem, para além dos trabalhos interpretativos, na compilação e edição comentada de fontes e, já naquela época, sugeriam que essas informações se tornassem acessíveis através de “computer printouts.”<sup>4</sup> Heintze e Jones defendiam ainda o imperativo de multiplicar as traduções dessas fontes, apesar das armadilhas que o exercício comportava.<sup>5</sup>

O projeto *Práticas Religiosas na Costa da Mina (Uma sistematização das fontes europeias pré-coloniais, 1600-1730)* se inscreve nessa agenda intelectual postulada no final dos anos 1980, e que ainda continua vigente. O Projeto se alinha também com uma agenda especificamente brasileira, num momento em que as instituições de ensino superior sinalizam uma clara vontade em potenciar o estudo da história da África no país. Em sintonia com a tendência global a disponibilizar recursos educacionais em plataformas digitais (museus, bibliotecas etc.), o principal produto deste Projeto é o sítio de internet [www.costadamina.ufba.br](http://www.costadamina.ufba.br), hospedado no servidor da Universidade Federal da Bahia e com sede institucional no Centro de Estudos Afro-Orientais.

A principal finalidade deste sítio é fornecer uma seleção de fontes europeias, em língua original e em tradução para o português, relativas às práticas religiosas desenvolvidas na Costa da Mina, entre 1600 e 1730, um dos períodos de maior intensidade do tráfico atlântico de escravos. Em termos práticos, o sítio almeja contribuir para a democratização de documentos de difícil acesso e, assim, estimular a pesquisa sobre a história da África, no Brasil e alhures.

A Costa da Mina designava o litoral da África ocidental que se estendia a sotavento, ou seja, a leste do Castelo de São Jorge da Mina, na atual Gana, abrangendo as antigas Costa do Ouro e Costa dos Escravos. A Costa do Ouro se estendia do Cabo Três Pontas até o Rio Volta, e a Costa dos Escravos, do Rio Volta ao Rio Lagos, embora alguns autores pudessem estabelecer outros limites geográficos. Essa região

---

<sup>4</sup> David Beach, Humphrey Fisher e David Henige, *apud*. Phyllis M. Martin “Review Article: Sources and Source-Criticism,” *Journal of African History*, 29 (1988), pp. 537-540.

<sup>5</sup> Heintze e Jones, *European Sources*, p. 5

corresponde à parte meridional dos atuais Gana, Togo, Benim, e parte do litoral da Nigéria.

No início, o Projeto pretendia examinar apenas as fontes relativas à Costa dos Escravos, por ser essa a região de origem de grande parte dos cativos africanos que chegaram ao Brasil, em particular à Bahia. A pesquisa foi revelando a existência de inúmeras fontes, tanto publicadas como manuscritas, incluindo correspondências, relatórios comerciais e outros. Também ficou evidente a necessidade de coletar fontes iconográficas (gravuras, ilustrações, mapas), pois constituíam igualmente informações significativas para análise. Por outro lado, ao examinar as narrativas dos viajantes, comprovou-se práticas recorrentes de variadas formas de plágio. De fato, muitos dos primeiros relatos referentes à Costa dos Escravos reproduzem informações, ideias e convenções cristalizadas nos relatos prévios concernentes à vizinha Costa do Ouro, onde a presença europeia datava do século XV. Portanto, para contextualizar os relatos da Costa dos Escravos, se fez necessário incluir a documentação relativa à Costa do Ouro, incluindo, assim, toda a Costa da Mina.

Levando em conta essa riqueza e diversidade de fontes, optou-se por redimensionar o recorte temporal da pesquisa e reduzi-lo ao século XVII e às três primeiras décadas do século XVIII. Foi nesse período que o tráfico atlântico de escravos se consolidou na região e sentou as bases para o seu desenvolvimento posterior. O período corresponde também ao início da presença europeia nos reinos de Popo, Allada e Uidá na Costa dos Escravos, e finaliza quando o reino do Daomé conquistou o litoral e transformou a dinâmica político-econômica da região. Esse redimensionamento espaço-temporal – com a ampliação para a Costa da Mina e a redução do período para 1600-1730 – respondeu, assim, a exigências internas da pesquisa. Porém, num sentido mais amplo, o recorte de uma África atlântica, no período do tráfico negreiro, se justifica em função da sua ligação com a história do Brasil.

O foco temático nas práticas religiosas também se explica, em parte, pelo fato de que as religiões de matriz africana no Brasil constituem um dos diacríticos, tanto da identidade cultural de uma parte importante da população afro-descendente, como do imaginário nacional. Por outro lado, o universo religioso afro-brasileiro, na sua valorização cosmológica da ancestralidade, está fortemente orientado para o passado, e essa projeção para as origens passa pela imaginação, continuamente reelaborada, de uma África mítica e idealizada. Nessa conjuntura sociopolítica e religiosa, o sítio Costa da Mina almeja fornecer elementos historiográficos para uma reflexão mais nuançada

sobre as matrizes culturais da religiosidade afro-brasileira, contribuindo, assim, para a recuperação de aspectos parciais da história silenciada da população afrodescendente.

Do ponto de vista da pesquisa acadêmica, a classificação sistemática das diversas fontes textuais e iconográficas, com base na sua localização espaço-temporal, almeja fornecer subsídio empírico para analisar o dinamismo e a historicidade de aspectos discretos da prática religiosa africana e para mapear o seu movimento e distribuição na região. Num estágio subsequente, esse acervo documental deverá permitir o desenvolvimento de metodologias comparativas em relação a processos semelhantes ocorridos no Brasil. Ou seja, embora a historiografia da religiosidade africana se sustente e justifique por si mesma, ela é também passível de estabelecer conexões atlânticas com a contraparte afro-brasileira.

De forma complementar, o sítio na internet pretende testar o potencial analítico dos formatos digitais multimídia para a pesquisa multidisciplinar no campo dos estudos religiosos. Diferentemente de outros sítios que disponibilizam apenas guias e catálogos de fontes sobre a história da África, o sítio Costa da Mina fornece acesso direto às fontes e a seus conteúdos substanciais. Ainda mais, a aplicação multimídia disponibiliza uma série de ferramentas de busca que permite leituras seletivas e analíticas desse material. Assim, além de democratizar informação, o Projeto objetiva experimentar formas de organizar e acessar a informação que favoreçam o seu potencial para a pesquisa. Obviamente, o sítio não passa de uma modesta tentativa nessa direção, e precisará da colaboração futura de especialistas em outras áreas (tecnologia da informação, tradução, biblioteconomia etc.) para obter resultados mais sofisticados e competitivos.

### **Problematizando as fontes: os relatos de viagem e o eurocêntrismo**

A base de dados do sítio Costa da Mina compreende uma variedade de fontes escritas em línguas europeias, produzidas por autores não africanos. O eurocêntrismo dessas fontes e, em particular, dos relatos dos viajantes, refletindo o olhar e o pensamento dos dominadores estrangeiros, continua a ser o argumento principal para desqualificar uma historiografia baseada nelas. A intenção desta seção é discutir esse tema.

É sabido que para a reconstrução do passado da África pré-colonial existem outras fontes, como a documentação escrita em árabe, as tradições orais, a cultura material, a arqueologia, incluindo as inscrições, e inclusive, com a devida prudência, a

linguística histórica e a etnografia ritual.<sup>6</sup> Contudo, no contexto da Costa da Mina, no período em apreço (1600-1730), as fontes em árabe são raras, e inexistentes para a Costa dos Escravos. As pesquisas arqueológicas têm um inegável potencial, e imagens de objetos de cultura material poderiam integrar a base de dados no futuro. Já o registro de tradições orais, apesar de oferecer o valioso ponto de vista autóctone, está sujeito a grande variabilidade e a subjetividade e interesses dos narradores, o que, às vezes, pode comprometer seu valor historiográfico.<sup>7</sup>

O Projeto Costa da Mina não desconsidera esses recursos, passíveis de oferecer indícios cruciais, para recuperar a memória do passado africano. Porém, devido, em parte, a limitações e falta de competência dos autores do sítio em relação a essas áreas de conhecimento, foram privilegiados os relatos dos “viajantes” e outros escritos produzidos sobre a Costa da Mina. Apesar do seu eurocentrismo, esse corpus documental constitui o acervo mais rico e informativo de que dispomos para iluminar e imaginar aspectos parciais desse passado africano. Contudo, para isso é imprescindível desenvolver um aparato crítico que permita identificar a autoria e o contexto de produção das fontes escritas, utilizando a mesma cautela e reserva metodológica que geralmente se aplica a outros tipos de fontes menos familiares.

Um primeiro ponto a destacar é a diversidade dos autores. A maioria dos “viajantes,” antes de virar homens de letras, atuou como mercadores, médicos, oficiais militares, missionários, ou até simples soldados servindo nos fortes e feitorias construídas na Costa da Mina para proteger e promover o comércio das companhias de frete europeias. Profissionais do mar e comerciantes de longa distância constavam entre esses autores, embora muitos passassem apenas umas semanas no litoral, costeando de um porto a outro, a bordo dos navios negreiros ou de guerra. Também se dedicavam a esse gênero escritores profissionais que nunca viajaram para a África, mas que compilaram e sintetizaram dados, não só de outros livros, documentos de arquivo e manuscritos inéditos, mas também de relatos orais de oficiais, marinheiros e

---

<sup>6</sup> Para um recenseamento crítico de outras fontes para a história da África pré-colonial, além dos relatos de viagem, ver: Marion Johnson, “Some Non-Narrative Sources for Precolonial West African History,” in Heintze e Jones (orgs) *European sources for Sub-Saharan Africa*, pp. 81-93

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, Emmanuel Karl, *Traditions Orales au Dahomey-Benin*, Niamey (Niger), Centre Regional de Documentation pour la Tradition Orale, 1974.

comerciantes.<sup>8</sup> Os relatos de viagem apresentam, assim, tanto na forma como no conteúdo, uma extraordinária diversidade que os historiadores devem contextualizar para torná-los material útil para a reconstrução do passado.<sup>9</sup>

O viajante dos séculos XVII e XVIII, como o etnógrafo do século XX, é valorizado enquanto testemunha ocular de fatos. O pressuposto de que “ele esteve lá” é o que confere à narrativa autoridade e autenticidade. Porém, para avaliar a confiabilidade do registro, é importante elucidar como, quando, e desde que lugar o viajante presenciou o evento. Aliás, muitas das informações contidas nos relatos de viagem não resultaram de observação direta, mas de compilações de outras fontes, primárias e secundárias. No caso das informações obtidas por ouvir dizer, ou seja, transcrições de fontes orais, é importante saber quem foi o informante, seu contexto sociocultural, se ele foi testemunha ocular dos fatos relatados etc.

Já no caso de citações de outros autores, caberia distinguir entre paráfrases, reelaborações e citações literais, e entre os autores que identificam a fonte original e aqueles que simplesmente plágiam. Porém, nessa análise, não deve ser esquecida a possibilidade de casos de convergência, ou seja, duas pessoas observando ou coletando informações semelhantes sobre eventos parecidos num mesmo lugar. Fora essa possibilidade, a reprodução de informações de autores pretéritos sem nomeá-los era muito corriqueira no período. O que aparece como registro de uma prática do século XVIII podia ser, na verdade, a reprodução continuada, através de vários autores, de um fato observado no século XVI. Como aponta Cristina Wissenbach, na África ocidental, se pode afirmar, simplificando, que “as crônicas portuguesas do século XV e XVI reaparecem nos textos de autores holandeses do século XVII e estes, por sua vez, inspiram as narrativas inglesas e francesas do século XVIII.”<sup>10</sup> A necessidade de uma crítica textual rigorosa para desvendar esses plágios e produzir uma historiografia confiável se faz evidente.

O esforço metodológico do grupo de historiadores em volta do jornal *History in Africa*, consistiu, sobretudo, na “decompilação” dos relatos de viagem, submetendo-os a

---

<sup>8</sup> Sobre a distinção entre autores-escritores (auteurs-écrivains) e autores-viajantes (auteurs-voyageurs): Karine Delaunay, *Voyages à la Côte de l'Or (1500-1750). Etude historiographique des relations de voyage sur le littoral ivoirien et ghanéen*, Paris, Afera éditions, Collection Essais et Documents, 1994.

<sup>9</sup> Gérard Chouin, « Vu, Dit ou Déduit ? », *Journal des africanistes*, n. 75-2 (2005). Acessado em 21 maio 2010. URL : <http://africanistes.revues.org/124>

<sup>10</sup> Maria Cristina Cortez Wissenbach, “Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americano,” in Leila Mezan Algranti, Ana Paula Torres Megiani (orgs), *O império por escrito* (São Paulo, Alameda, 2009), p. 378.

uma crítica historiográfica que permitia “distinguir entre informações originais e aquelas que eram resultado de uma cadeia de empréstimos bastante longa e complexa.” Essa metodologia pressupunha o estabelecimento de conexões e comparações, sincrônicas e diacrônicas, entre diferentes fontes; análise intertextual que possibilita a identificação dos exageros, erros e invenções de alguns viajantes. Também implicava na localização dos textos no seu contexto, com pesquisa intensiva sobre “as biografias dos autores, sua identidade social, as condições de suas viagens e suas distintas estadias na África, mas também sobre os mecanismos editoriais e a natureza do público alvo almejado pelos editores.” Esse tipo de análise com certeza contribui para uma melhor utilização desses textos como fontes da história africana.<sup>11</sup>

O sítio Costa da Mina não comporta um aparato crítico tão exaustivo para dar conta de todas essas possibilidades. Oferece, porém, informações biográficas sobre os autores e uma mínima contextualização relativa às viagens e às circunstâncias que condicionaram a escrita dos textos. Para determinar o grau de confiabilidade dos trechos selecionados, eles são classificados com uma das quatro categorias seguintes: 1. “Testemunha ocular”; 2. “Por ouvir dizer”; 3. “Citação de outro autor”; ou 4. um misto das anteriores, “Observação e citação.” Ora, em muitos casos, nem o conteúdo do fragmento, nem o contexto, permitem precisar essa informação.

Seguindo o consenso atingido no acima citado simpósio de Bad Homburg, o aparato crítico elaborado no sítio Costa da Mina tenta evitar quaisquer interpretações especulativas dos editores, enfatizando outras funções, tais como o estabelecimento de comparações com outras fontes, incluindo referências a outros documentos passíveis de complementar ou de permitir a interpretação de temas específicos.<sup>12</sup> Para explicitar a prática de plágio e a reelaboração de textos de terceiros, a aplicação multimídia permite estabelecer links internos, ou referências cruzadas entre fragmentos, para sinalizar essas ocorrências, mas isso não é sempre feito. Em compensação, o sítio, ao listar todos os trechos relativos a um determinado tema por ordem cronológica, gera uma leitura sequencial que permite comparar e identificar com relativa facilidade os plágios ou as transformações exercidas pelos diversos autores.

Para além da complexa malha intertextual tecida pelos viajantes, o problema fundamental em relação à confiabilidade das informações – inclusive daquelas supostamente não mediadas, como seja a de uma testemunha ocular – é o determinismo

---

<sup>11</sup> Chouin, « Vu, Dit ou Déduit ? »

<sup>12</sup> Heintze e Jones, *European Sources*, p. 6

dos esquemas de percepção e representação do observador e do escritor. Mas não só, pois esse mesmo determinismo, com outros valores, também opera nos informantes “nativos” que interagem com os viajantes. Ou seja, a produção das “fontes” está sempre mediada pela subjetividade e esquemas cognitivos dos atores envolvidos, nativos, viajantes e escritores. Isso levanta o problema epistemológico sobre a possibilidade efetiva de gerar ou ganhar qualquer conhecimento genuíno sobre o “outro” ou, em última instância, sobre qualquer “realidade,” presente ou passada. Em definitivo, todo conhecimento, toda fonte, é apenas resultado de certas condições dadas que determinam as suas possibilidades de significação.

Em relação aos relatos de viagens, Hilton afirma: “não podemos, exceto nas circunstâncias mais excepcionais, superar o problema da eurocentricidade dos dados”.<sup>13</sup> Na introdução de *European Sources*, Heintze e Jones escreveram: “as fontes europeias são eurocêntricas [...] particularmente para a história da ideologia e da cognição, e, certamente, para temáticas semi-ideológicas como as relações de gênero, escravidão, parentesco ou arte.”<sup>14</sup> Eu acrescentaria entre essas temáticas, muito especialmente, as práticas religiosas. Conforme Jose da Silva Horta, para realizar uma historiografia da religião africana convincente é condição indispensável a análise da representação que os europeus faziam da religião, ou seja, é necessário “analisar as categorias de representação da religião que informam e condicionam todo o discurso antropológico dos autores; as significações a elas associadas que conduzem a uma filtragem na observação da alteridade [...] A religião constitui por ventura, o nível de representação em que esse filtro cultural é mais espesso”.<sup>15</sup>

No caso da Costa da Mina, nos séculos XVII e XVIII, esse eurocentrismo se expressa de forma exemplar no “discurso do fetiche”, conceito surgido nesse período, resultado do encontro intercultural entre africanos, portugueses e norte-europeus. O termo português *fetisso*, convertido depois em *fetiche*, era utilizado, de forma recorrente, para designar objetos materiais, deuses e práticas religiosas incompreensíveis ao olhar europeu. Bosman é um dos principais artífices desse discurso, resultado da mentalidade iluminista, protestante e mercantilista, característica do emergente sistema capitalista. Na opinião desse autor, os sacerdotes africanos

---

<sup>13</sup> Anne Hilton, “European Sources for the Study of Religious Change in Sixteenth and Seventeenth Century Kongo,” in Heintze e Jones, *European Sources*, p. 310

<sup>14</sup> Heintze e Jones, *European Sources*, pp. 4, 15.

<sup>15</sup> José da Silva Horta, “O Islão nos textos portugueses: noroeste africano (sécs. XV-XVII) – das representações à história,” p. 170



“sabidos e astutos, encorajados pela estúpida credulidade do povo, têm toda oportunidade para impor idéias absurdas e roubar suas bolsas”.<sup>16</sup> Para ele, a coexistência desses dois fatores: (1) uma elite local motivada pelo interesse material e exploradora de (2) a ignorância e a superstição do povo, sustentava e caracterizava um sistema social irracional e moralmente perverso. O “discurso do fetiche”, e mais adiante do fetichismo, conformaram, aos poucos, uma ideia de África concebida como a antítese de Europa, representação que dará sustento ideológico ao evolucionismo social do século XIX.<sup>17</sup>

O sitio Costa da Mina não pretende fazer uma análise crítica desse “discurso do fetiche”, mas uma das categorias principais para acessar as fontes é a palavra-chave “fetiche,” acompanhada de uma série de subcategorias associadas, de modo a enfatizar a recorrência e centralidade dessa terminologia. Como foi dito acima, o “discurso do fetiche,” inicialmente elaborado na Costa do Ouro, foi subsequentemente projetado e replicado pelos viajantes europeus na Costa dos Escravos. Por esse motivo, as narrativas sobre a religião dessas duas regiões estão imbricadas e não podem ser analiticamente dissociadas.

Elemento constitutivo e recorrente do “discurso do fetiche” são as estratégias dos europeus para ridicularizar as práticas religiosas dos africanos, representando-as como absurdas e irracionais, e expondo sua ineficácia mística. Misturada com um preconceito racial latente (às vezes explícito), a intolerância religiosa é uma constante nas narrativas europeias. No entanto, as atitudes derogatórias e de demonização dessas práticas refletiam mais a mentalidade cristã dos observadores, do que transmitiam qualquer informação significativa sobre as sociedades observadas. Desvestir as narrativas europeias desse viés ideológico para tentar atingir informações pertinentes ao “outro” africano deveria estar no horizonte interpretativo de qualquer historiador, mas devemos convir que, em muitos casos, resulta quase impossível trazer à luz qualquer perspectiva êmica sobre os eventos relatados.

Outro fator complicador é que o “discurso do fetiche” não pode ser pensado como exclusivamente eurocêntrico, pois foi resultado de um encontro cultural euro-africano e o idioma do fetiche era também apropriado e utilizado pelos africanos, em particular por aqueles que interagiam com os europeus. Não apenas isso, mas os

---

<sup>16</sup> William Bosman, *A New and Accurate Description of the Coast of Guinea*, London, Frank Cass & Co. Ltd., 1967 [1704], p. 152.

<sup>17</sup> Ver William Pietz, “The Problem of the Fetish, IIIa: Bosman’s Guinea and the Enlightenment Theory of Fetichism”, *Res: Anthropology and Aesthetics* 16, outono 1988, pp. 106-23; Valentin Y. Mudimbe, *The Invention of Africa, Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge*, London: James Currey, 1988.

comerciantes e administradores das feitorias europeias também se engajavam em certas práticas locais associadas ao fetiche, como pactos de aliança e juramentos. Desse modo, a representação da religiosidade africana estava mediada pelos esquemas cognitivos não apenas dos viajantes cristãos, mas, sobretudo, daqueles que atuavam como seus informantes e intermediários culturais, africanos europeizados e europeus africanizados.

No contexto do simpósio celebrado em Bad Homburg, surgiu uma discussão em torno da distinção entre fontes internas, incluindo diversas formas de tradições orais e elementos arqueológicos, e as fontes externas, incluindo os diversos tipos de escritos europeus.<sup>18</sup> Os participantes concluíram que essa distinção não podia ser estabelecida com precisão, e os organizadores do evento sintetizaram: “Muito do material que temos sobre as sociedades africanas pré-coloniais provavelmente se originou de informações transmitidas por africanos europeizados ou europeus africanizados; e essa zona gris torna quase impossível distinguir claramente entre fontes externas e internas, ou entre dados derivados da escrita ou da oralidade”.<sup>19</sup> Na mesma linha, Robin Law arguiu contra a classificação dos documentos europeus apenas como fontes “externas,” pois, segundo ele, o que os europeus escreviam refletia muitas vezes aquilo que contavam para eles, mais do que aquilo que testemunhavam. Nesse sentido, esses documentos “preservam percepções e interpretações contemporâneas africanas dos eventos, que podem ser comparadas com representações retrospectivas dos mesmos eventos mantidas por tradições posteriores”<sup>20</sup>

Contudo, é importante enfatizar que as “percepções e interpretações africanas” registradas pelos autores europeus provinham de interlocutores singulares, muitos deles membros de comunidades crioulas, residentes no litoral, políglotas e habituados ao contato europeu. Por exemplo, um dos informantes de Bosman, em Uidá, o capitão Assou, foi educado desde menino no forte francês daquela cidade, falando fluentemente a língua gálica e instruído na religião católica. Assim, uma das principais “fontes internas” de Bosman, e de vários outros autores posteriores, estava predisposta a distorcer e, às vezes, a ridicularizar as crenças e práticas dos seus conterrâneos. As visões de mundo mistas e plurais destes intermediários não são facilmente extensíveis

---

<sup>18</sup> Charles Becker, "Réflexions sur les sources de l'histoire de la Sénégambie," in Heintze e Jones, *European Sources*, pp. 148-150.

<sup>19</sup> Heintze e Jones, *European Sources*, p. 7

<sup>20</sup> Robin Law, "History and Legitimacy: Aspects of the Use of the Past in Precolonial Dahomey," *History in Africa*, vol. 15 (1988), p. 432.

às sociedades africanas locais, mas também não podem ser omitidas, pois refletiam uma dimensão híbrida e cosmopolita também inerente àquela realidade social.

Assim, essas fontes, nem internas, nem externas, produzidas pelas interações dialógicas de uma ampla gama de atores africanos e europeus, devem ser consideradas como expressivas de um universo cultural em contínua reelaboração, que acabava transformando tanto o mundo dos autóctones como o dos viajantes. O “discurso do fetiche” acima referido seria o exemplo paradigmático desse encontro euro-africano, e dessa “zona gris” de interseção e interpenetração cultural, embora o seu registro escrito, obviamente, redundasse em favor dos interesses ideológicos dos dominadores.

### **O conceito de práticas religiosas, escolhas, fragmentação e tradução.**

Nesse território cultural híbrido, dinâmico e flexível, a definição do que possa ser chamado de “práticas religiosas” deve ser necessariamente arbitrária e de limites difusos. De uma forma simples e bem abrangente, o Projeto define o conceito de religião como toda interação ou comunicação entre “este mundo” sensível e fenomenológico e um “outro mundo” invisível, onde se supõe habitar uma série de entidades espirituais, responsáveis pela sustentabilidade da vida neste mundo. Assim, além de sacrifícios, oferendas e preces dedicadas às divindades, atividades de cura, divinação, feitiçaria, rituais funerários, experiências de mediunidade, entre outras, integram as ditas “práticas religiosas.”

Nas sociedades africanas, até recentemente, essas atividades não eram concebidas como uma esfera da vida social diferenciada, nem classificadas com qualquer termo específico equivalente a “religião.” Ao contrário, esses “costumes” ou “hábitos do país” mediavam e faziam parte de uma variedade de relações sociais, como parentesco, poder político, justiça, economia, arte etc. Ao mesmo tempo, mais do que resultado de um sistema de significados coerente e coeso, essas práticas se definiam através da experiência participativa dos indivíduos, de modo que a dimensão comportamental e o engajamento corporal se tornam elementos chave para sua compreensão. Ênfase especial foi conferida a relatos sobre atividade ritual que pudessem ser localizados em lugares e momentos específicos, e que registrassem o que as pessoas diziam e faziam nessas situações. A centralidade analítica atribuída ao corpo levou a buscar informações sobre gestualidade, saudações, escarificações, penteados, pinturas corporais etc. Dados conceituais e linguísticos, como terminologia religiosa ou nomes de objetos rituais, foram também registrados. Assim, houve uma preocupação

em registrar elementos relevantes da cultura material, como alimentos, ornamentos corporais, vestuário etc. Finalmente, em consonância com o exposto acima relativo aos processos de interpenetração cultural, a seleção de fontes não se limita às práticas religiosas autóctones, mas abrange os “encontros religiosos” com o cristianismo e o islã.

Levando em conta o amplo leque de informações incluídas sob a rubrica de “práticas rituais”, fica evidente que a tentativa de seleção de trechos relevantes, a partir das fontes disponíveis, resulta num exercício extremamente complexo, e em grande medida sujeito à subjetividade dos editores. Não há, nesse sentido, qualquer pretensão de neutralidade ou objetividade. Embora tenham sido incluídas aquelas fontes que a historiografia considera “clássicas” e aqueles capítulos que os próprios autores identificam como relativos à “religião”, o conjunto final de obras e trechos selecionados não deixa de ser o resultado de uma pluralidade de escolhas e recortes subjetivos. Em primeiro lugar, cabe notar que a lista de obras escolhidas está longe de ser completa e exaustiva, ficando ainda vários textos (sobretudo manuscritos) a serem incluídos. Contudo, uma das qualidades do sistema é a possibilidade de atualizá-lo com novas informações, à medida que estas aparecerem. Desse modo, com o tempo, o sítio irá crescendo em abrangência.

Uma vez determinada uma fonte, segue-se a seleção dos trechos que contêm informações sobre as práticas religiosas. O processo comporta uma nova série de ponderações e escolhas, relativas tanto aos conteúdos considerados apropriados, quanto ao início e fim do segmento selecionado. Idealmente, essa fragmentação respeita as unidades temáticas (unidades informativas ou unidades de sentido) sugeridas pelo próprio autor, em função da divisão em capítulos e, especialmente, em parágrafos. Nesse recorte, nem sempre evidente, o critério do editor é decisivo. O resultado dessa segmentação é a separação do trecho do seu contexto original, com o risco de privar o leitor de informações relevantes para a compreensão. O problema pode ser contornado nos casos em que o usuário tem a possibilidade, através de um link, de acessar a obra completa para consulta. Mas isso nem sempre ocorre.

Além desse processo de fragmentação do texto original, todos os trechos são identificados com dados relativos a “autoria,” “data,” “localidade,” “tipo de documento” (i.e. impresso, manuscrito, imagem), ou, quando possível, “grau de confiabilidade.” No entanto, o principal fator para a posterior acessibilidade do trecho no sistema é sua associação a uma série de “palavras-chave”, em função do seu conteúdo substantivo. A confecção da lista de palavras-chave e sua organização hierárquica constituíram o maior

desafio conceitual do Projeto, pois essas categorias impõem, de fato, uma interpretação a priori e balizam o recorte e leitura dos trechos. Apesar dessas armadilhas, foram estabelecidas seis grandes áreas temáticas: Fetiche; Cultura material; Práticas rituais; Entidades espirituais; Encontros religiosos; e Cosmologias, crenças etc., cada uma delas incluindo subcategorias mais específicas. Obviamente, essa classificação é altamente subjetiva e pode ser contestada, mas ela foi emergindo e sendo reelaborada, aos poucos, em função dos conteúdos selecionados. Nesse sentido, não é um sistema de categorias fechado e pode mudar no futuro.

A busca de informações no banco de dados pode ser realizada através da ferramenta “busca livre” ou através da lista de “palavras-chave”. A vantagem do uso das palavras-chave é que a consulta através da categoria “acori”, por exemplo, mostra todos aqueles trechos que contêm não apenas essa palavra, mas suas variantes de grafia (*coril*, *cacory*, *acory*, *accory*), ou ainda expressões como “pedrinhas azuis,” o que a busca livre não consegue fazer. Ferramentas de busca livre, como a do *Google Books*, conseguem listar, dentro de uma obra, as múltiplas ocorrências de uma determinada palavra, destacando-as em cor no texto fac-símile. O sítio Costa da Mina não atinge esse nível de sofisticação. Em compensação, ele permite listar as múltiplas ocorrências de uma determinada palavra, inclusive em suas diferentes grafias, não apenas em uma única obra, mas no conjunto de obras do acervo documental. Ou seja, o sítio Costa da Mina atua como o índice remissivo de um livro, mas trata-se de um índice coletivo que remete, não apenas a um livro, mas a vários documentos simultaneamente.

Para finalizar essa reflexão metodológica, a tradução dos trechos para o português vem a acrescentar um novo nível de transformação que pode distorcer matizes relativos às informações originais. Conscientes dessa dificuldade, cada trecho vai acompanhado (na seção “detalhes”) do texto na língua original, de modo que o usuário pode, a todo momento, contrastar a tradução com o original. Até o presente, foram traduzidas partes de mais de uma dúzia de obras (sem contar correspondências ou outros documentos de porte menor), correspondentes aproximadamente a 250 laudas, das quais mais de 75% já foram implantadas no sistema.<sup>21</sup> Foram realizadas traduções de obras escritas em francês (i.e. Villaut, D’Elbee, Barbot, Labat), inglês (i.e. Phillips, Barbot), e espanhol (i.e. Sandoval, Nájera). Para os textos holandeses, foram utilizadas as versões francesas e inglesas (i.e. De Marees, Dapper, Bosman). Vista a complexidade

---

<sup>21</sup> 2.100 caracteres com espaço correspondem a 1 (uma) lauda

que supõe a tradução de autores do século XVII e XVIII, a equipe de tradutores do Projeto está ciente da necessidade de revisão futura desse material por tradutores profissionais para garantir a qualidade necessária. Até agora, isso foi feito com os textos em francês, mas num segundo estágio do Projeto, o mesmo deverá ser feito com os textos em holandês e inglês.

Apesar dessas dificuldades e limitações, o trabalho de tradução é considerado fundamental para garantir o desejado impacto social do sítio. Disponibilizar material dessa natureza, em português, contribuirá para aproximar um público amplo, e não apenas acadêmico, de informações de difícil acesso. Esse subsídio documental permitirá, assim, estimular o estudo e ensino da história e cultura da África no Brasil e uma melhor compreensão das práticas religiosas de matriz africana no país.

*Last but not least*, cabe lembrar que este Projeto foi resultado de um trabalho em equipe, no qual participaram, além do coordenador e autor destas linhas, quatro estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Bahia, conforme consta no apartado de créditos do sítio. O engajamento e entusiasmo desses estudantes foram fundamentais para a consecução dos objetivos e redundaram no estímulo à formação de pesquisadores na área de estudos africanos. O desenvolvimento do software da base de dados e da aplicação multimídia foi realizado através da contratação de programadores profissionais e apresentou mais complexidade do que aquela inicialmente pensada. Embora o sítio esteja com sua funcionalidade básica operativa, precisa ainda de reajustes para aprimorar a interface humana, garantindo um acesso mais intuitivo e amigável. Esse trabalho técnico, assim como a revisão das traduções, deverá realizar-se numa segunda fase do Projeto. Cabe, finalmente, expressar o agradecimento ao CNPq pelo seu apoio ao Projeto.